



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e Opressões no capitalismo

O suicídio, Questão Social e Sociabilidade Capitalista: uma análise marxista

Karina Firme Marques Veiga¹

Edinéia Figueira dos Anjos Oliveira²

Maria Lúcia Teixeira Garcia³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o suicídio a partir de uma perspectiva marxista, compreendendo-o como uma expressão da questão social no interior da sociabilidade capitalista. Parte-se do pressuposto de que as interpretações individualizantes e psicologizantes do fenômeno são insuficientes para apreender sua complexidade, à medida que desconsideram as determinações sócio-históricas que o conformam. A partir das categorias de totalidade, mediação, alienação e reprodução social, discutimos a relação entre trabalho, subjetividade e sofrimento social, evidenciando como as transformações contemporâneas do capitalismo intensificam processos de precarização da vida e fragilização dos vínculos sociais. Trata-se de estudo de revisão narrativa de literatura.

Palavras-chave: suicídio; sociabilidade capitalista; questão social; trabalho.

Suicide, the Social Question and Capitalist Sociability: a marxist analysis

Abstract: This article aims to examine suicide from a Marxist perspective, understanding it as an expression of the social question within capitalist sociability. It is grounded on the assumption that individualizing and psychologizing interpretations of the phenomenon are insufficient to grasp its complexity, insofar as they disregard the socio-historical determinations that shape it. Drawing on the categories of totality, mediation, alienation, and social reproduction, the study discusses the relationship between labor, subjectivity, and social suffering, highlighting how contemporary transformations of capitalism intensify processes of life precarization and the weakening of social bonds. This study adopts a narrative literature review approach.

Keywords: suicide; capitalist sociability; social question; labor.

Introdução

Este trabalho reflete o suicídio a partir de uma perspectiva marxista, compreendendo-o como uma expressão da questão social no interior da sociabilidade capitalista. Para tanto, realizamos reflexão sobre o suicídio, concebendo-o como

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Email: karinafirme.veiga@gmail.com.

² Doutora, Professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: eliveiranjos@yahoo.com.br.

³ Doutora, Professora do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – Brasil. Professora visitante do PPGSSPS da UNIFESP. Pesquisadora CNPq. Email: lucia-garcia@uol.com.br.

expressão do sofrimento, na sua forma mais agudizada, decorrente dos processos de opressão, exploração e exclusão forjado na sociabilidade regida no/pelo capital. Trata-se de revisão narrativa de literatura.

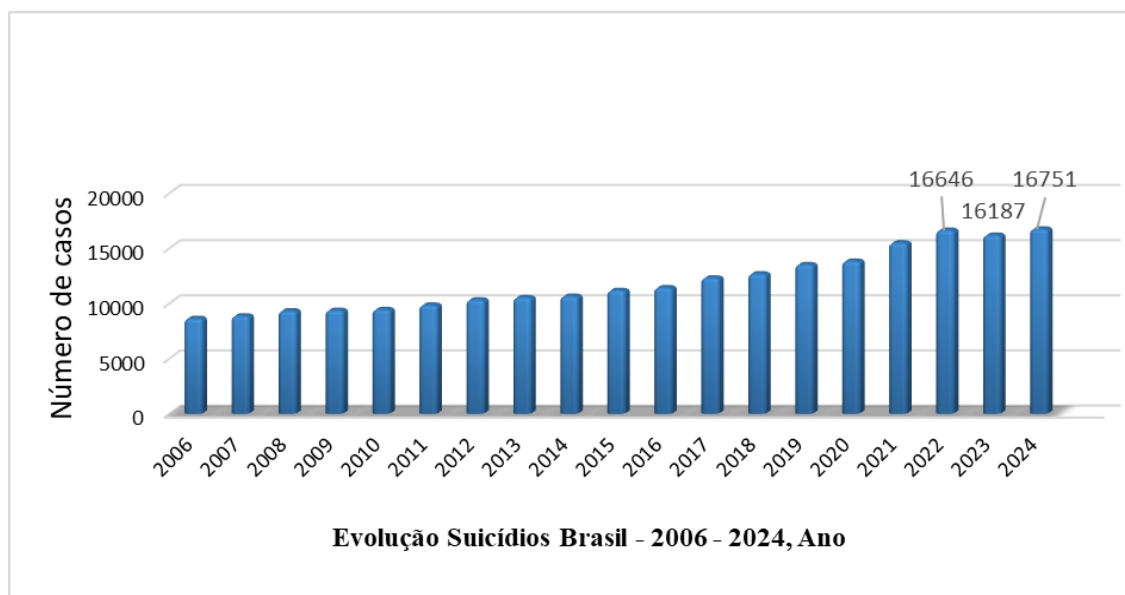
Partimos de Marx para situar o suicídio como expressão agudizada do sofrimento produzido na realidade concreta (na sociabilidade capitalista) tomando-o como um fenômeno complexo, que só pode ser compreendido em sua totalidade se percebido na dinâmica do antagonismo de classes que estrutura nossa organização social (Lima, 2023). Significa dizer que o suicídio é um fenômeno social e não individual. Ele ocorre na dinâmica concreta e efetiva do modo em que produzimos e reproduzimos a vida.

Marx ([1846] 2006), se apropriando de reflexões de Peuchet, analisou o suicídio como fenômeno social que acomete toda a sociedade, independente da classe social, indicando como a degradação do sujeito ultrapassa a questão de classe. Ao considerar o fenômeno suicídio como algo construído socialmente, por meio das estruturas sociais de dominação, tomamos o problema do suicídio como premissa sociológica. Olhando para os dados sobre o crescimento do número de indigentes e loucos e o número de internações entre 1852-1857, na Grã-Bretanha, num período de grande prosperidade econômica, Marx ([1846] 2006) questionou como uma sociedade que produz tanta riqueza, pode produzir, proporcionalmente, tanto sofrimento.

Ao olharmos para a realidade mundial na sociedade contemporânea, os dados denunciam que, aproximadamente 800 mil pessoas, por ano, cometem suicídio e 80% dessas mortes ocorrem em países de média e baixa renda (Silva; Marcolan, 2021). O Brasil ocupa a 155ª posição entre as taxas de suicídio, por idade padronizadas, em 214 países e territórios. O dado não coloca o Brasil entre os países com as maiores taxas de suicídios, entretanto, na escala global, o país vem apresentando tendência crescente de mortalidade por suicídio, desde os anos 2000, com taxas de crescimento de 3,7% ao ano, a partir de 2014.

De acordo com Silva e Marcolan (2021), estima-se que a cada 60 minutos uma pessoa morre por suicídio no Brasil, podendo esse dado ser subestimado considerando subnotificações de registros. Em 2024, o Brasil registrou 16.751 suicídios, o que corresponde a uma taxa de 7,8 suicídios para cada 100.000 habitantes e cerca de 46 mortes por dia.

O suicídio no Brasil, nos últimos anos (2006-2024), requer análise que considere, para além dos fatores clínicos individuais, determinantes sociais estruturais (Veiga, 2026).



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Sistematização por Veiga, 2026.

Nas duas últimas décadas o número de óbitos por suicídio duplicou, evidenciando crescimento gradual e persistente em todo território brasileiro. A proporção do fenômeno não permite ignorá-lo e/ou individualizá-lo, sugerindo que o problema se assenta sob questões estruturais.

Dito de outro modo, os dados denunciam uma realidade que revela o suicídio não como um problema individual, mas como um mal da sociedade, exigindo reflexões mais aprofundadas. Um mal social que se constitui sob determinações que interferem na dinâmica das relações sociais ou no modo de ser e se relacionar socialmente. Assim, o enfrentamento ao suicídio requer compreendê-lo nas múltiplas determinações do movimento do real e das relações sociais de produção e reprodução destas mesmas relações numa sociedade capitalista e excludente. Daí nossa necessidade de aprofundar o debate refletindo o suicídio à luz da perspectiva teórico crítica Marxista.

Marx (1846), refletiu o suicídio como constitutivo das condições impostas aos indivíduos na sociedade capitalista, independentemente de sua condição de classe, a despeito de em maior peso incidir sob a população mais pauperizada. Nessa perspectiva

o suicídio é um ato que termina com o sofrimento provocado pela não possibilidade de objetivação desses sujeitos. O suicídio para Marx não é um ato de fraqueza do indivíduo, mas é compreendido como manifestação de uma sociedade que oprime, desumaniza e adocece os sujeitos, gerando sofrimentos, expressos no fenômeno suicídio.

É nessa perspectiva que nos propomos refletir o suicídio à luz da teoria marxista, pois os índices de suicídio que se apresentam nas sociedades do capital expressam respostas aos sofrimentos dos sujeitos impostos pelos processos de opressão, exclusão, exploração e adoecimento, próprios da sociabilidade burguesa, impossibilitando que os sujeitos se objetivem.

Em síntese, refutamos aqui uma análise que coloca o suicídio como fenômeno predominantemente individual, associado a transtornos psíquicos, fragilidades emocionais ou desajustes subjetivos. Tal abordagem, embora relevante em determinados níveis de análise, revela-se insuficiente quando desconsidera as condições objetivas que estruturam a vida social e que incidem diretamente sobre a constituição da subjetividade. Este artigo parte da tradição marxista para sustentar que o suicídio deve ser compreendido como expressão da questão social, isto é, como manifestação das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Trata-se, portanto, de deslocar o foco analítico da esfera estritamente individual para a totalidade das relações sociais, apreendendo o fenômeno em sua historicidade e em suas múltiplas determinações (Marx, [1867] 2013; Mészáros, 2002; Netto, 2011).

Metodologia

O presente artigo configura-se como uma revisão narrativa de literatura, ancorado no materialismo histórico-dialético. Parte-se do pressuposto de que os fenômenos sociais não podem ser compreendidos de forma isolada ou fragmentada, mas devem ser analisados à luz da totalidade concreta das relações sociais historicamente determinadas.

O materialismo histórico-dialético (Marx, [1867] 2013), desenvolvido por autores da tradição marxista, orienta a análise ao compreender a realidade social como processual, contraditória e mediada pelas relações de produção e reprodução da vida social. Nessa perspectiva, o suicídio não é tomado como fenômeno de ordem exclusivamente individual, mas como expressão socialmente produzida, cuja gênese se inscreve nas condições materiais de existência e nas formas de sociabilidade engendradas

pelo modo de produção capitalista.

Assim, adota-se a categoria de totalidade como princípio organizador da análise, permitindo apreender o fenômeno em suas múltiplas determinações — econômicas, sociais, políticas e subjetivas — evitando reducionismos analíticos. O método em Marx exige a apreensão do concreto como síntese de múltiplas determinações, superando tanto o empirismo imediato quanto as abstrações desvinculadas da realidade histórica (Netto, 2011).

A análise mobiliza categorias centrais da tradição marxista, como trabalho, alienação, reificação e reprodução social, que permitem compreender como o capitalismo produz formas específicas de sociabilidade que incidem diretamente sobre a constituição da subjetividade. O trabalho é compreendido como categoria fundante do ser social, cuja forma histórica no capitalismo — marcada pela exploração, precarização e subsunção ao capital — engendra processos de estranhamento e sofrimento social.

O percurso analítico consistiu na articulação crítica entre produções teóricas clássicas e contemporâneas acerca do trabalho, da sociabilidade e da saúde mental, buscando evidenciar como as transformações recentes do capitalismo intensificam processos de precarização da vida e adoecimento social. Seguimos nesse percurso para o alcance de nosso objetivo “refletir sobre o suicídio a partir de uma perspectiva marxista, compreendendo-o como uma expressão da questão social no interior da sociabilidade capitalista”.

Por fim, a opção pelo materialismo histórico-dialético implica uma postura crítica frente as abordagens que individualizam o fenômeno do suicídio, recusando interpretações que o reduzem a fatores exclusivamente subjetivos. Ao contrário, busca-se evidenciar que o sofrimento, que pode culminar no suicídio, constitui expressão das contradições estruturais da sociabilidade capitalista, sendo indissociável das condições objetivas de vida dos sujeitos.

Sociabilidade capitalista e produção do sofrimento social.

A sociabilidade capitalista constitui-se como forma histórica específica de organização das relações sociais, mediada pela lógica da mercadoria e orientada pela valorização do capital. Nesse contexto, as relações entre os indivíduos assumem a forma

de relações entre coisas, processo que Marx ([1867] 2013) denomina fetichismo, obscurecendo o caráter social do trabalho e das relações humanas.

Essa dinâmica implica a produção de uma sociabilidade marcada pela concorrência, pela individualização e pela responsabilização dos sujeitos por sua própria condição social. O sistema do capital não apenas organiza a produção material, mas penetra profundamente nas dimensões da vida social, moldando valores, comportamentos e formas de subjetivação (Mészáros, 2002).

É fato conhecido que, desde o final dos anos 1970, os princípios de proteção social universal, em atendimento às necessidades sociais, à garantia da igualdade, da equidade e da justiça distributiva, vêm sendo contraditados e suprimidos, por meio de implementações de medidas de ajustes fiscais nas diferentes e principais economias capitalistas mundiais, aumentando a distância entre pobres e ricos. A proteção social é contestada e atacada por ideologias neoliberais que se fortalecem e direcionam uma administração racionalizada de recursos tidos como escassos para as políticas públicas, mas que se mantém grande para o processo de reprodução do capital (Pereira, 2016). Ou, um Estado em defesa das grandes corporações, da propriedade privada, das elites burguesas e dos direitos individuais, em detrimento de direitos sociais (Pereira, 2016).

Prevalece a defesa neoliberal do livre mercado, da autorresponsabilização do indivíduo e da proteção mínima aliada à argumentação neoconservadora em favor do Estado forte e incisivo para garantir um conjunto de normas que favoreça à expansão do mercado, mas mínimo para intervir no Social (Pereira, 2016). A intervenção do Estado no social é aceita apenas para aliviar a miséria com políticas assistenciais residuais e focalizadas, longe da perspectiva de direito social (Pereira, 2016).

Afirma-se então uma desproteção que gera sofrimento social. Sofrimento social que emerge como expressão das condições objetivas de existência, resultantes da exploração, da desigualdade e da insegurança estrutural. A precarização do trabalho, a instabilidade das relações laborais e a fragilização das redes de proteção social configuram um cenário no qual a vida se torna cada vez mais vulnerável, intensificando processos de adoecimento psíquico (Antunes, 2018; Selligmann-Silva, 2011).

Trabalho, subjetividade e alienação

No pensamento marxiano, o trabalho ocupa lugar central na constituição do ser

social, sendo que é por meio dele que o homem se objetiva no mundo e realiza suas potencialidades (Marx, [1844] 2004). Contudo, sob o capitalismo, o trabalho assume forma alienada, na qual o trabalhador se vê separado do produto de sua atividade, do processo produtivo, dos outros e de si mesmo.

Essa alienação não se restringe à esfera econômica, mas se estende à subjetividade, produzindo formas de sofrimento que se manifestam na experiência cotidiana dos indivíduos. Lukács (2012) aprofunda essa análise ao compreender o ser social como unidade dialética entre objetividade e subjetividade, indicando que as condições materiais de existência são internalizadas e vivenciadas subjetivamente.

A partir dessa perspectiva, o suicídio pode ser interpretado como expressão extrema de um processo de alienação e de desintegração dos vínculos sociais, no qual o sujeito se vê impossibilitado de reconhecer sentido em sua existência. Trata-se, portanto, de um fenômeno que articula dimensões objetivas e subjetivas, exigindo uma análise que considere essa unidade.

O cenário capitalista retrata desigualdades que exigem respostas do Poder Público que visem o enfrentamento de demandas múltiplas e, dentre elas, comparecem as políticas de saúde e de saúde mental. Apesar de sua importância no contexto atual, é necessário fazer a crítica a esse modelo e a essas mesmas políticas. Neste sentido, em Gramsci (2000), pode-se afirmar que as políticas sociais em geral (e nesse caso, as políticas de saúde mental e enfrentamento à questão do suicídio) são mediações fundamentais na reprodução da sociabilidade capitalista, operando tanto como instrumentos de hegemonia da classe dominante quanto como resultados contraditórios das lutas sociais, constituindo-se, portanto, em campo estratégico de disputa entre projetos societários.

Os níveis da exploração (e opressão) aos quais os indivíduos estão submetidos explicam em parte a existência do sofrimento. Mas, também devemos considerar sua condição alienada, estranhada, imposta pela necessidade da venda da força de trabalho. Trata-se de um processo de alienação e estranhamento que é objetivado e subjetivado pela práxis humana, onde o sujeito não se reconhece no trabalho, portanto, não se realiza. O trabalho alienado e estranhado produz uma alienação e estranhamento do ser, que além de estranhar o produto de seu trabalho e de sua atividade, estranha a si próprio, sua condição humana e dos outros. Na condição de estranhamento de si e do outro, vivemos

numa sociabilidade “onde cada um é estranho de si e todos são estranhos entre si”, isso nos remete às reflexões sobre o suicídio (Marx, [1846] 2006, p. 42),

Colocamos em destaque uma alienação que ocorre também pelo processo de desumanização do trabalho, que ontologicamente, é responsável pelo processo de humanização do ser social. Com isso afirmamos que, o suicídio e trabalho estão imbricados. Tal relação é explorada em estudos que discutem o sentido social do suicídio (Venco; Barreto, 2010), vinculando-o a determinadas ocupações como bombeiros, policiais, carcereiros e enfermeiros, especialmente, aquelas cujas gestões, pautadas na lógica do capitalismo (mais-valia), são acentuadas, na forma degradante de precarizações diversas. Niederkrotenthaler *et al.* (2014), em artigo publicado no *International Journal of Epidemiology*, oferece evidência empírica relevante sobre a conexão entre tentativa de suicídio e marginalização no mercado de trabalho. Destaca que há uma relação muito próxima entre sofrimento mental e condições de trabalho adversas. Nele, o autor faz análise de casos de tentativas de suicídio onde aponta que os jovens apresentaram risco significativamente maior de marginalização posterior no mercado de trabalho, considerando aspectos como crescente possibilidade de longo desemprego; elevação de *sickness absence* (afastamento por doença).

Mas, é importante destacar que não fazemos uma relação direta com suicídio e desemprego. Significa que, embora o desemprego seja relevante, deve ser considerando correlacionado a outras determinações sociais e às exigências impostas pelo sistema capitalista que incidem sobre a saúde mental dos sujeitos e taxas de suicídio. Isso porque o suicídio deve ser correlacionado às múltiplas determinações sociais presentes no capitalismo que afetam a sociabilidade dos sujeitos e os modos de ser e estar em sociedade.

Não obstante, vale enfatizar que o desemprego é expressão da dinâmica do capital, assim como a precarização do trabalho faz parte do cotidiano e pode produzir sofrimento social duradouro (Alves, 2011; 2014). Ainda que haja diminuição do desemprego formal, podem persistir o subemprego, a informalidade, o endividamento e, por conseguinte, a desproteção social (Marx, [1846] 2006; Alves, 2006; 2011; 2014; Martins, 2017; Mathews, 2019; Fraga, 2014).

Suicídio, questão social e totalidade

A análise do suicídio como expressão da questão social implica reconhecê-lo como resultado de múltiplas determinações que se inscrevem na totalidade das relações sociais. Marx ([1846] 2006), ao abordar o tema, já indicava sua vinculação com as condições sociais de sua época, destacando fatores como desigualdade, opressão e degradação das relações humanas. Na contemporaneidade, tais determinações assumem novas configurações, associadas às transformações do capitalismo, como a flexibilização do trabalho, a intensificação da exploração e a mercantilização da vida. Essas mudanças impactam diretamente na subjetividade, produzindo sensação de insegurança, desesperança e perda de sentido (Alves, 2011; Antunes, 2018). Kosik (1979) contribui para essa análise ao enfatizar a necessidade de ultrapassar a aparência dos fenômenos para apreender sua essência, por meio de mediações teóricas que permitam compreender o concreto em sua complexidade. No caso do suicídio, isso significa reconhecer que sua manifestação individual encobre processos sociais mais amplos, que precisam ser desvelados.

Nesse debate, a contribuição de Antônio Gramsci (2000) permite adensar a compreensão da sociabilidade capitalista ao evidenciar que a dominação não se sustenta apenas pela coerção econômica, mas também pela construção de consensos no âmbito da sociedade civil. Para o autor, o Estado ampliado — composto pela sociedade política e pela sociedade civil — atua na produção de hegemonia, difundindo valores, normas e concepções de mundo que naturalizam as desigualdades e legitimam a ordem vigente (Gramsci, 2000). Nessa direção, uma leitura crítico-marxista permite compreender que o Estado, longe de constituir uma instância neutra, opera, em última instância, na manutenção das condições de reprodução do capital, seja por meio de mecanismos de coerção, seja pela mediação ideológica que assegura a adesão dos sujeitos à ordem social existente (Gramsci, 2000; Mészáros, 2002). Assim, as formas de sofrimento social, incluindo aquelas que podem culminar no suicídio, não são apenas efeitos das condições materiais de existência, mas também da internalização de padrões e expectativas socialmente produzidos, que moldam a forma como os sujeitos percebem a si mesmos e suas possibilidades de vida.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender que a responsabilização individual pelo sofrimento — tão presente nas abordagens psicologizantes do suicídio — constitui, ela própria, uma expressão da hegemonia burguesa. Ao deslocar para o indivíduo a explicação de fenômenos socialmente produzidos, obscurecem-se as determinações estruturais que os engendram. Nesse sentido, o Estado, ao estruturar e operacionalizar políticas sociais sob os limites da sociabilidade capitalista, tende a responder de forma parcial e fragmentada às expressões da questão social, atuando mais na gestão dos efeitos do que na superação de suas causas estruturais (Mészáros, 2002).

Assim, a crítica marxista, articulada à leitura gramsciana, permite evidenciar que o sofrimento psíquico e suas manifestações mais extremas estão imbricados em um processo mais amplo de reprodução social, no qual as condições objetivas e os mecanismos ideológicos operam conjuntamente. Tal compreensão reforça a necessidade de análises que ultrapassem o plano imediato e individual, situando o suicídio no interior das disputas hegemônicas que conformam a sociabilidade capitalista contemporânea.

Considerações finais

A análise desenvolvida neste artigo buscou evidenciar que o suicídio não pode ser compreendido de forma isolada, como fenômeno restrito à esfera individual, mas deve ser apreendido como expressão da questão social no interior da sociabilidade capitalista. Ao articular as categorias de totalidade, mediação, alienação e reprodução social, foi possível demonstrar que o sofrimento que pode culminar no suicídio está profundamente enraizado nas condições objetivas de existência.

Dessa forma, o enfrentamento do suicídio exige não apenas intervenções no campo da saúde mental, mas transformações estruturais nas condições de vida e nas relações sociais. Trata-se de um fenômeno que interpela a sociedade como um todo, demandando respostas que ultrapassem o âmbito individual e que proponham o enfrentamento das contradições do modo de produção capitalista.

O suicídio refletido como sintoma e consequência da sociabilidade capitalista, pode ser melhor compreendido e manejado, sem perder de vista o que o fenômeno diz a

respeito da sociedade na qual ele se produz concretamente. Como saída, podemos vislumbrar a superação das formas tradicionais psiquiatrizantes e psicologizantes de compreender o fenômeno, que tendem a reduzir o sofrimento social a dimensões intrapsíquicas, para propor soluções que envolvam a coletividade, ou seja, partilhar com a sociedade soluções para um problema produzido na dinâmica das relações de produção e reprodução social.

Não afirmamos com isso que o sofrimento e, conseqüentemente o suicídio em sua maior expressão, está restrito ao capitalismo e que, suprimindo esse modelo de sociabilidade suprimiríamos os sofrimentos. Apenas afirmamos que ao compreendermos como as inúmeras formas de sofrimentos se concretizam, encontraremos respostas para as formas do ser humano se forjar nos marcos do Modo de Produção Capitalista.

Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Canal 6, 2014.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Práxis, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FRAGA, Wagner Santana de. **Determinantes socioeconômicos do suicídio no Brasil e no Rio Grande do Sul no século XX**. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3604>. Acesso em: 27 fev. 2026.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 1.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, D.T. **A loucura na sociedade de classes**. In: COSTA, P. H. A loucura e o marxismo. São Paulo: Lavrapalavra, 2023. 285 p.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

SILVA, D.A.D.; MARCOLAN, J.F. **Suicide Attempts and Suicide in Brazil: An Epidemiological Analysis.** Florence Nightingale J Nurs. 2021 Oct;29(3):294-302. Doi: 10.5152/FNJJN.2021.21035. PMID: 35110169; PMCID: PMC8939476.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004/1844.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio.** São Paulo: Boitempo, 2006/1846.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013/1867.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MATTHEWS, David. Capitalism and mental health. **Monthly Review**, New York, v. 70, n. 8, p. 49–62, Jan. 2019. DOI: https://doi.org/10.14452/MR-070-08-2019-01_4. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2019/01/01/capitalism-and-mental-health/>. Acesso em: 3 abr. 2023.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

NIEDERKROTENTHALER, Thomas; TINGHÖG, Petter; ALEXANDERSON, Kristina; DAHLIN, Marie; WANG, Mo; BECKMAN, Karin; GOULD, Madeleine; MITTENDORFER-RUTZ, Ellenor. **Future risk of labour market marginalization in young suicide attempters — a population-based prospective cohort study.** International Journal of Epidemiology, Oxford, v. 43, n. 5, p. 1520–1530, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1093/ije/dyu155>. Disponível em: <https://academic.oup.com/ije/article/43/5/1520/757385>. Acesso em: 27 fev. 2026.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental.** São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, C. P. P. **Proteção social no capitalismo:** crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

VEIGA, Karina Firme Marques. **Suicídio e capitalismo na produção acadêmica no Brasil: ausências sentidas e presenças descritas.** 2026. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2026.

VENCO, Selma; BARRETO, Margarida. **O sentido social do suicídio no trabalho.** Revista Espaço Acadêmico, Maringá, n. 108, maio 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico>. Acesso em: 25 mar. 2026.